

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Regional Público do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA
 CNPJ nº 24.232.886/0083-03
Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro				Demonstração do resultado			
Em Reais				Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais			
Ativo	Nota	2.018	2.017	Receitas Operacionais	Nota	2.018	2.017
Circulante				Receitas de subvenções - custeio	16	126.420.975	121.543.994
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.868.211	5.702.604	Receitas de subvenções-investimento	9b	1.171.465	1.138.465
Contas a receber	6	27.286.601	16.244.678	Receitas financeiras		95.054	113.939
Estoques	7	4.507.923	4.269.430	Doações		1.195.137	1.945.261
Adiantamento a fornecedores		578.757	304.083	Outras receitas		649	28.000
Outros ativos circulante		416.796	434.350	Total das Receitas		128.883.280	124.769.659
		42.658.288	26.955.145	Despesas Operacionais			
Não Circulante				Despesas com pessoal	17	(41.210.585)	(36.030.444)
Realizável a longo prazo				Serviços de terceiros	18	(35.917.039)	(37.676.818)
Empréstimos-partes relacionadas	8	2.530.571	2.497.865	Custo corporativo compartilhado	19	(7.097.634)	(10.118.917)
Depósitos judiciais		64.920	114.564	Drogas, medicamentos e materiais	20	(34.522.245)	(29.621.080)
		2.595.490	2.612.429			(118.747.502)	(113.447.259)
Imobilizado	9	7.657.728	7.468.256	Amortização e depreciação	9b	(1.941.611)	(1.624.567)
Intangível	9	31.084	58.490	Correio e comunicação eletrônica		(88.721)	(75.629)
		7.688.812	7.526.746	Água, gás, energia elétrica e telefone		(3.915.143)	(3.625.131)
Total do Ativo		52.942.590	37.094.320	Frete e carretos		(913.499)	(844.878)
Passivo e patrimônio líquido				Viagens e ajuda de custo		(650.431)	(703.440)
Circulante				Locações		(356.604)	(363.074)
Fornecedores	10	4.026.098	4.949.297	Provisão para créditos			
Honorários médicos	11	2.762.292	2.673.887	de liquidação duvidosa	6b	(1.133.909)	(1.223.209)
Obrigações sociais e trabalhistas	12	6.736.688	6.132.845	Despesas financeiras		(283.208)	(637.812)
Obrigações fiscais		570.395	525.389	Outras despesas		(815.193)	(702.287)
Receitas diferidas	13	14.460.119	54.000	(Constituição) reversão de			
Partes relacionadas	8	810.099	788.575	provisão para contingências	15	(37.458)	13.372
		29.365.691	15.123.993			(10.135.778)	(9.786.655)
Não Circulante				Total das Despesas		(128.883.280)	(123.233.914)
Provisão para descontinuidade	13	5.983.500	4.414.387	Superávit do Exercício		-	1.535.745
Provisão para contingência	15	37.458	-				
		6.020.959	4.414.387	Demonstração do resultado abrangente			
Patrimônio Líquido				Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais			
Patrimônio social		17.555.940	16.020.195			2.018	2.017
Superávit do exercício		-	1.535.745	Superávit do Exercício		-	1.535.745
		17.555.940	17.555.940	Outros resultado abrangentes		-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		52.942.590	37.094.320	Resultado Abrangente dos Exercícios		-	1.535.745
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios finos em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto			
		Patrimônio	Superávit	Exercícios finos em 31 de dezembro - Em reais			
		social	do Exercício	Fluxo de caixa das atividades operacionais		2.018	2.017
Em 1º de Janeiro de 2.017		20.069.935	(4.049.740)	Superávit do exercício		-	1.535.745
Transferência		(4.049.740)	4.049.740	Ajustado por:			
Superávit do exercício		-	1.535.745	Depreciação e amortização		1.941.611	1.624.567
Em 31 de Dezembro de 2.017		16.020.195	1.535.745	Realização de subvenções		(1.171.465)	(1.138.465)
Transferência		1.535.745	(1.535.745)	Constituição de provisão para			
Em 31 de Dezembro de 2.018		17.555.940	-	créditos de liquidação duvidosa		1.133.909	1.223.209
				Constituição (reversão) de			
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras				provisão para contingências		37.458	(13.372)
Exercícios finos em 31 de dezembro de 2.018 e de 2.017				Superávit dos exercícios ajustados		1.941.514	3.231.684
Cifras apresentadas em reais.				Variações nos ativos e passivos			
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:				Contas de receber de clientes		(12.175.833)	(3.610.759)
A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, em 08 de maio de 2.008, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional Público do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos, e prorrogado até 07 de maio de 2014 através do 13º aditivo. Em 08 de maio de 2.014, as partes celebraram novo contrato de gestão (Nº 23/2014), podendo ser prorrogado por até 05 (cinco) ano. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção) II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio ne-	cessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulação e aos municípios de sua região de abrangência. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 18 de abril de 2.019. 2.1. Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.3. Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer						

continua